

Malan cobra coerência

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, não é dos que fecham com a teoria do caos. Não acredita que, na hipótese de o eleito resolver eleger Luiz Inácio da Silva e Leonel Brizola presidente e vice, o Brasil estará perdido. "Se a maioria decidir assim, nosso grau de desenvolvimento econômico, político e social não permite que o país pare de funcionar." O problema, para ele, não é esse.

Circunspecto, sempre olhando para baixo deixando ao interlocutor a visão das duas mãos cruzadas em cone sobre a testa, Malan vai racionando em outra linha: "O que não tenho visto da parte de nenhum dos adversários que se apresentaram é um compromisso inequívoco com a estabilidade da moeda, com propostas claras a respeito de como mantê-la. Por exemplo, não vi ninguém falar sobre contenção de gastos públicos."

O que desconforta Malan é que o problema da inflação é tratado como se já tivesse sido erradicado. "Fala-se que essa questão está resolvida e, no minuto seguinte, o discurso resvala para a incoerência pois todas as propostas de alguma forma embutem o risco da volta da inflação." Ele não cita nenhum ponto específico, aliás, recusa-se também comentar alguns temas já debatidos em público por economistas do PT. Insiste que até agora não viu nada de consistente.

"Não sou ingênuo de achar que o eleitor decide baseado apenas em questões programáticas, há também o componente emocional. Mas sinto que seria necessário que pessoas que se dispõem a governar o país dissessem com maior clareza quais são suas soluções e de que forma chegarão a elas. Afinal, estamos há cinco anos num projeto baseado em três objetivos ligados entre si: queda da inflação, crescimento da economia e melhoria das condições de vida da população."

O ministro dá como exemplo positivo o do professor Roberto Mangabeira Unger, teórico de Ciro Gomes, que defende com todas as letras o aumento de impostos. "Posso até discordar, mas é uma posição nítida que pelo menos revela honestidade intelectual."

Num país de injustiças oceânicas como o Brasil, Malan concorda que há espaço de sobra para discursos de quem se considera proprietário do monopólio da preocupação social. Mas não acha correto que a oposição tergiversar como se a manutenção da inflação baixa não fosse uma tarefa que merecesse atenção cotidiana dos governos – "até mesmo dos países desenvolvidos que já resolveram esse problema há mais tempo" – e compromissos com a realidade, que raramente é cor-de-rosa.

Por isso, na opinião do ministro da Fazenda, é um perigo se criar a convicção geral de que o assunto controle de inflação possa ser deixado de lado, ainda mais num país que levou 30 anos construindo uma cultura inflacionária de indexações. Sem pilotagem constante e resistência a concessões aparentemente pouco importantes, Malan não tem dúvida de que a inflação volta.

"Criar bolhas de crescimento é muito fácil. Eu sei bem como se faz. É só soltar o gasto público que, em curto prazo, teremos mais desenvolvimento, só que também o teremos apenas por curto prazo."

O ministro não gosta de traçar cenários e evita mesmo opinar a respeito daquilo que retratam hoje as pesquisas eleitorais. Tenta, nitidamente, se manter dentro daqueles limites estabelecidos pelo presidente da República entre a equipe de governo e a equipe de campanha.

Além disso, Malan escapa o quanto pode da discussão a respeito do futuro, caso a crise do Japão venha a se agravar atingindo China, Hong Kong e, quem sabe, Nova York. "É só isso o que me perguntam, mas não tenho resposta a não ser dizer que hoje estamos muito menos vulneráveis que em outubro e que, se acontecer o pior, a orientação do presidente é que sejam tomadas as medidas necessárias. Não vamos segurar nenhuma situação por causa do ano eleitoral. Afinal, a conta seria paga pelo mesmo governo."

Agora, que medidas tão duras seriam essas, Pedro Malan pelo jeito não conta nem para o espelho.